

A aquisição de eclipse de VP em PE e a natureza inata da condição de identificação sobre a elipse¹

Ana Lúcia Santos
FLUL / Onset-CEL

Em Português Europeu (PE), a elipse de VP é legitimada quer por verbos principais quer por verbos auxiliares (cf. Raposo, 1986, Matos, 1992). Mostrar-se-á neste trabalho que a co-existência, em PE, de elipse de VP legitimada por verbos principais e de outros tipos de anáforas nulas, em particular Anáfora do Complemento Nulo (ACN), coloca um problema à aquisição. Mostrar-se-á ainda que a solução para este problema poderá suportar a defesa da natureza inata da condição de identificação que opera sobre elipses. A observação de dados de um novo *corpus* de aquisição do PE (cf. Santos, 2006) fornece evidência de que as crianças são capazes de produzir elipse de VP desde estádios iniciais (número médio de palavras por enunciado igual ou inferior a 2). Este facto estará de acordo com a assunção da natureza inata da condição de identificação sobre a elipse. Por outro lado, se se assumir, para essa condição de identificação, a definição de Merchant (2001), o tipo de dados que agora apresentamos deverá ser tomado como evidência de que as crianças têm, desde muito cedo, alguma capacidade de operar ao nível da interface sintaxe-discurso.

1. A co-existência de eclipse de VP e Anáfora do Complemento Nulo em PE: um problema para a aquisição

Em PE, a elipse de VP é legitimada quer por verbos auxiliares quer por verbos principais, tal como foi sugerido por Raposo (1986) e demonstrado por Matos (1992).² Em (1), apresenta-se um caso de elipse de VP legitimada por um verbo principal, em (2) um caso de elipse de VP legitimada por um verbo auxiliar.

(1) O João foi mais ao cinema com a namorada este ano e o Pedro também foi [-]
[-] = [mais ao cinema com a namorada este ano].

¹ Este trabalho foi financiado pelo programa POCTI-SFA-17-745 e pela bolsa de doutoramento SFRH / BD / 19829 / 2004, atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Agradeço a Inês Duarte e Nina Hyams os comentários, sugestões e inúmeras discussões.

² A elipse de VP legitimada por verbos principais foi recentemente estudada em Goldberg (2005), que a chama "V-stranding VPE". No entanto, este trabalho não discute dados do Português.

- (2) O João tem ido mais ao cinema e o Pedro também tem [-].
[-] = [ido mais ao cinema]

Como se sabe, o PE dispõe ainda de outro tipo de anáforas nulas, nomeadamente, Objecto Nulo (cf. 3) e Anáfora do Complemento Nulo (ACN) (cf. 4)³.

- (3) A Joana viu __ na TV ontem. [Raposo, 1986]

- (4) A sopa deve ser comida com azeite, mas a Teresa não pode [-].
[-] = comer a sopa com azeite

No caso do Objecto Nulo, apenas o objecto directo do verbo não tem realização fonética e é possível recuperar a sua referência quer a partir do contexto discursivo quer a partir do contexto pragmático (cf. Raposo, 1986). Assume-se ainda que o objecto nulo é uma variável (cf. Huang, 1984, Raposo, 1986, Duarte, 1987), derivada através do movimento de um constituinte topicalizado (cf. Duarte, 1987). Já no caso de elipse de VP, todo o material no interior do VP não tem contrapartida fonética e é normalmente assumido que o VP elidido tem de ter um antecedente linguístico (cf. Hankamer & Sag, 1976).⁴ Além disso, embora alguns trabalhos sugiram que a elipse de VP pode ser um caso de topicalização de VP (cf. Johnson, 2001), o facto de a elipse de VP poder ocorrer em ilhas (cf. 5), o que é notado para o Português por Raposo (1986) e Matos (1992), é um argumento claro contra essa hipótese e suporta a visão mais comumente assumida da elipse de VP como um VP estruturado mas sem contrapartida fonética (cf. Merchant, 2001)⁵.

- (5) A Ana deu um livro à mãe no Natal e conhece uma menina que também deu
[um livro à mãe no Natal].
(6) A Ana tinha dado um livro à mãe no Natal e conhecia uma menina que
também tinha dado [um livro à mãe no Natal].

Finalmente, os casos de ACN são casos em que um complemento frásico (e não todo o VP) não tem contrapartida fonética, sendo esse complemento frásico realizado como um pronome nulo (cf. Depiante, 2000). A ACN é um tipo de anáfora nula cuja distribuição é lexicalmente restringida, sendo legitimada apenas por uma subclasse de verbos principais e modais (cf. Pullum, 1997, Brucart, 1999, Depiante, 2000, 2001). Este facto é claro no caso de línguas como o Francês, que não dispõem de elipse de VP mas que têm ACN legitimada por uma subclasse de verbos modais e principais (cf. Emonds, 1978; Depiante, 2000).

³ Sobre ACN em PE, veja-se Cyrino & Matos (2006), embora a definição de ACN nesses trabalhos seja distinta da que aqui se assume. Neste trabalho, adopta-se a definição de ACN de acordo com Depiante (2000).

⁴ Veja-se em Merchant (2004) uma explicação para os eventuais contra-argumentos a esta generalização.

⁵ Veja-se em López (2000) outros argumentos contra uma análise de elipse de VP como topicalização de VP.

Para a construção da argumentação neste trabalho, é importante sublinhar que a elipse de VP e a ACN correspondem a derivações absolutamente diferentes. Por um lado, há razões para sustentar que a elipse de VP é um VP com estrutura interna que é apagado (cf. Hankamer & Sag, 1976; Merchant, 2001, entre outros). Há ainda razões para sustentar que a elipse de VP obedece a uma restrição de identificação que tem sido classicamente definida como "paralelismo" (cf. Hankamer & Sag, 1976). Por outro lado, sendo a ACN um *pro* e não uma estrutura sintáctica que é apagada, não obedece à mesma condição de identificação, que se pensa operar apenas sobre estruturas apagadas; além disso, sendo a ACN um *pro*, naturalmente não permite extracção (cf. Depiante, 2000), como se mostra em (7), um exemplo do Castelhana.

(7) *Juan sabe qué libro Maria quiere / puede leer y Pedro sabe
 Juan sabe que livro Maria quer pode ler e Pedro sabe
 qué revista Ana quiere / puede ∅
 que revista Ana quer pode
 (cf. Juan sabe qué libro Maria quiere / puede leer y Pedro sabe qué revista Ana quiere /
 puede leer.) [Depiante, 2000: 17]

O problema que se coloca em Português é que, sendo a elipse de VP legitimada por todos os verbos e a ACN legitimada por um subconjunto dos verbos, muitas frases são ambíguas entre uma derivação envolvendo elipse de VP e uma derivação envolvendo ACN. O caso é ilustrado pela frase em (8), em que não é óbvio se todo o VP foi elidido ou se apenas a posição de argumento interno do verbo é preenchida por um *pro*.

- (8) Os dossiers têm de ser organizados mas a Ana não quer [-].
 (a. [-] = que sejam organizados / b. [-] = organizar os dossiers)

Mas note-se que (8) tem duas interpretações possíveis e que apenas uma dessas interpretações (8a) preenche o requisito de paralelismo relativamente ao antecedente, nomeadamente, mantendo a estrutura passiva. Tendo em conta, por agora, a restrição de identificação sobre a elipse de VP definida como requisito de paralelismo, podemos então formular a hipótese de que apenas (8a) pode corresponder à interpretação de uma estrutura derivada através de elipse de VP, na medida em que apenas em (8a) é mantida no material elidido a estrutura passiva no antecedente. Por outro lado, (8b) terá de corresponder a um caso de ACN, na medida em que, nesse caso, o mesmo tipo de paralelismo não é assegurado.

Se assim for, esperamos que, não permitindo a ACN extracção, a leitura (8b) seja bloqueada em caso de extracção. Esta predição é correcta, como se mostra em (9): a topicalização de [*os dos impostos*] bloqueia a leitura (9b), correspondente a (8b).

- (9) Os dossiers têm de ser organizados mas os dos impostos a Ana não quer [-].
 (a. [-] = que sejam organizados / b. *[-] = organizar)

Na realidade, a possibilidade de extracção (já notada em Haik, 1987) é o argumento mais claro a favor de uma análise da elipse de VP como um VP com estrutura interna que é apagado. Por sua vez, a impossibilidade de extracção a partir de uma ACN foi apontada por Depiante (2000) como principal argumento permitindo sustentar que a ACN é um *pro* preenchendo a posição de argumento interno do verbo. Assim, o contraste entre (8) e (9) e, particularmente, entre (8b) e (9b) mostra que (8a) e (9a) correspondem a elipse de VP enquanto (8b) e (9b) correspondem a ACN.

Dada a semelhança das duas estruturas, no que ao material audível diz respeito, coloca-se então a questão de determinar de que forma os falantes adquirem elipse de VP e ACN como duas estruturas distintas e atingem o conhecimento do contraste entre (9a) e (9b). Note-se que há no *input* evidência não ambígua para a existência de elipse de VP em PE, por exemplo, elipses de VP legitimadas por verbos auxiliares. Há também no *input* evidência de que a elipse de VP é um VP estruturado (que é apagado), nomeadamente, evidência de extracção a partir do VP elidido (como em 9a). No entanto, que evidência poderão ter as crianças que adquirem o PE de que alguns verbos legitimam ACN? Note-se que a evidência negativa não está disponível no *input* e, assim, as crianças não podem ter acesso à evidência de que (9b) é agramatical e não podem, portanto, extrair daí a conclusão de que a interpretação em (8b) corresponde a uma derivação como ACN.

A solução que proponho para o problema da aquisição da elipse de VP e da ACN em Português passa por assumir a definição da condição de identificação sobre a elipse, não como paralelismo morfo-sintático, mas antes como paralelismo semântico, de acordo com a análise de Merchant (2001). De acordo com Merchant (2001), só as expressões que contem como e-GIVEN podem ser elididas, sendo e-GIVENness definido como uma restrição semântica:⁶

- (10) "e-GIVENness
 An expression E counts as e-GIVEN iff E has a salient antecedent A and, modulo \exists -type shifting,
 (i) A entails F-clo(E), and
 (ii) E entails F-clo(A)" [Merchant, 2001: 26]

A definição de e-GIVENness contém a restrição em (10i), que requer, em termos muito gerais, que uma expressão elidida seja Dada, o que, como Merchant (2001) assume, é uma restrição comum aos contextos de desacentuação; nesse caso, é possível que resulte de uma restrição universal que estabeleça que o material fonologicamente desacentuado é Dado. A restrição em (10ii), que se destina a derivar contrastes como em (11), obriga, por sua vez, a que a expressão elidida implique logicamente o antecedente. Isso explicará a razão pela qual o material omitido em (11) deve receber a interpretação

⁶ Embora o contraste em (8) e (9) resulte de um contraste entre uma estrutura activa e uma estrutura passiva, é possível ver esse contraste também como contraste semântico – veja-se Merchant (2001); é possível que o contraste activa / passiva observado em (8) e (9) se deva ao facto de a passiva não ter um agente expresso, enquanto a activa tem o agente especificado.

em (11a) e não pode receber a interpretação em (11b): embora “chamar idiota ao Chuck” implique “insultar o Chuck”, “insultar o Chuck” não implica “chamar idiota ao Chuck”.

- (11) Abby called Chuck an idiot after BEN did [-].
 A. chamou C. um idiota depois de B. fez
 ‘O Abby chamou idiota ao Chuck depois de o Ben chamar.’

a [-] = call Chuck an idiot b [-] ≠ insult Chuck
 chamar C. um idiota insultar C.

[Merchant 2001: 27]

Note-se que a restrição em (10ii) não se aplica a contextos de desacentuação, o que explica que (12) seja possível, como Merchant (2001) nota – em (12), o material em itálico deve ser entendido como desacentuado.

- (12) Abby called Chuck an idiot after BEN *insulted him*. [Merchant 2001: 15]

É possível pensar que a restrição em (10ii) é derivável do Princípio de Interpretação Plena (Full Interpretation Principle, cf. Chomsky, 1986), que requer que todos os elementos em PF e LF recebam uma interpretação apropriada. A ideia é que, se a restrição em (10ii) não se aplicasse, a interpretação de (11) não poderia ser completamente determinada, porque não seria suficientemente restringida. Se assim for, i.e. se a restrição em (10ii) for derivável de um princípio como o Princípio de Interpretação Plena e se a restrição em (10i) for inata, o que é possível pensar se for de facto uma restrição que se aplique quer a contextos de elipse quer a contextos de desacentuação em geral, é então possível sugerir que uma restrição como e-GIVENness é derivável de princípios inatos, embora as formas específicas de elipse possíveis na língua tenham de ser adquiridas.

Veja-se então como será possível explicar a aquisição de elipse de VP e de ACN numa língua como o PE. Tendo conhecimento inato de uma restrição como e-GIVENness e sabendo que ela se aplica a contextos de desacentuação e de elipse, as crianças são capazes de distinguir contextos de elipse de contextos de ACN: ao ouvirem enunciados com material omitido que não obedecem ao requisito de e-GIVENness (nomeadamente, ACN), as crianças têm a evidência relevante para determinar que a língua tem ACN e para determinar quais os verbos que legitimam ACN. A aquisição de ACN procederá assim caso a caso, o que é compatível com a ideia de que ACN decorre de propriedades lexicais. Para determinarem se a língua tem elipse de VP, as crianças podem usar evidência não ambígua, como é o caso de elipse de VP legitimada por auxiliares; para adquirirem elipse de VP, as crianças têm ainda de adquirir movimento de V para I, já que a elipse de VP é legitimada numa configuração em que o verbo c-comanda o VP, provavelmente numa posição do domínio de I (a legitimação da elipse de VP por um verbo no domínio de I é classicamente vista como parte da condição para

a legitimação da elipse de VP, veja-se Lobeck, 1995).⁷ Isto é, embora a condição de identificação operando sobre elipse de VP possa ser derivável de princípios inatos, as crianças têm de determinar se a língua que adquirem dispõe de elipse de VP, o que significará fixar um parâmetro (cf. Matos, 1992) ou fixar um conjunto de parâmetros correlacionados com movimento do verbo e a natureza dos nós funcionais entre o IP e o VP (cf. Cyrino e Matos, 2006) ou adquirir um traço associado a um determinado nó flexional (cf. Merchant, 2001). As diferenças destas análises não são relevantes para os factos que discutimos neste momento, sendo todas elas capazes de integrar a generalização empírica que estabelece uma relação entre movimento do verbo e legitimação de elipse de VP.

Em suma, a aquisição de elipse de VP estará dependente de:

- (i) conhecimento inato de
 - a. restrição de "givenness" que se aplica ao material fonologicamente reduzido (desacentuado ou apagado) e
 - b. Princípio de Interpretação Plena;
- (ii) fixação do parâmetro de subida do verbo para I;
- (iii) *input* contendo casos não ambíguos de elipse de VP, que permitam que a

criança determine que a língua legitima elipse de VP: em PE, o gatinho poderá ser elipse de VP legitimada por um auxiliar em I.

A distribuição particular de elipse de VP em PE e a co-existência, em PE, de elipse de VP e de ACN fornecem um argumento a favor da existência de restrições inatas operando sobre a elipse. Em particular, essas restrições podem ser as que dão forma à condição de identificação sobre a elipse. Veja-se que Thornton & Wexler (1999: 213) sugeriram já que, embora a elipse de VP não seja uma propriedade universal nas línguas, é um processo que provavelmente é suportado por mecanismos específicos que decorrem da Gramática Universal, o que explicaria os bons resultados verificados pelos autores na interpretação de elipse de VP por parte de crianças. Por sua vez, é sugerido em Matsuo & Duffield (2001) que a restrição de paralelismo que se assume classicamente como restrição de identificação sobre a elipse poderá ser repensada como universal se se assumir que se aplica quer a VPs elididos quer a VPs desacentuados. O que tento fazer neste trabalho é concretizar esta hipótese, fundando-a no trabalho de Merchant (2001) sobre elipse.

Note-se que, caso a restrição de e-GIVENness deva de facto ser definida como proposto por Merchant (2001), a investigação sobre a aquisição de elipse, centrando-se na capacidade que as crianças têm de produzir e compreender elipses, tratará também a capacidade que as crianças têm de reconhecer informação Dada e o conhecimento que têm da interface Sintaxe / Estrutura Informacional. Caso se deva manter a definição da condição de identificação sobre a elipse como e-GIVENness, de acordo com Merchant (2001), e se encontrarmos capacidade precoce de produção ou compreensão de elipses, estaremos a encontrar um argumento a favor da hipótese de De Cat & Unsworth (2003).

⁷ Contudo, e como se sabe, a existência de movimento de V para I não é condição suficiente para legitimar elipse de VP: línguas como o Francês, o Italiano e o Castelhana são línguas que têm movimento de V para I mas que não dispõem de elipse de VP.

segundo a qual não há evidência para que a aquisição dos mecanismos de interface Sintaxe / Estrutura Informacional seja tardia.

Por outro lado, sendo a elipse de VP dependente da subida do verbo para uma posição em que o verbo c-comande o VP, a evidência de produção de elipse de VP poderá constituir um novo tipo de evidência a favor da subida do verbo, sendo a evidência clássica, como é o caso de ordem de palavras, difícil de obter em estádios iniciais de aquisição de uma língua como o PE (cf. Costa & Loureiro, 2006).

2. Trabalhos anteriores sobre aquisição da elipse

Os resultados de investigação relativamente recente sugerem que as crianças são capazes de produzir e compreender elipse de VP. Vários trabalhos (cf. Guo et al. 1996, Postman et al. 1997, Thornton & Wexler 1999, Foley et al. 2003, Matsuo & Duffield 2001) têm mostrado, com base em diferentes experiências, que crianças a partir dos três anos de idade são capazes de produzir e compreender elipse de VP. Contudo, estes são apenas trabalhos experimentais que testam produção ou compreensão de elipse em contextos de coordenação e, provavelmente porque se trata de trabalhos experimentais e porque usam como estímulo frases mais complexas como as que contêm estruturas de coordenação, não apresentam geralmente resultados para o comportamento de crianças com menos de três anos (apenas Postman et al. apresenta resultados para crianças com 2;7).

Neste trabalho, observo a produção espontânea de elipse em PE por crianças com menos de 3 anos e, particularmente, num estágio em que o MLUw (número médio de palavras por enunciado) é particularmente baixo.

3. A elipse de VP nos primeiros estádios de aquisição

Nesta secção, e com base no *corpus* de produção espontânea descrito em Santos (2006), mostro que há argumentos para defender que as crianças produzem elipse de VP em estádios iniciais, quando têm um MLUw de 2 ou inferior.

3.1. O corpus

O *corpus* utilizado, de Santos (2006), é um *corpus* de produção espontânea de três falantes monolíngues que adquirem o PE⁸, composto por 52 ficheiros que correspondem, cada um, à transcrição de uma sessão de vídeo com duração de cerca de 45 a 50 minutos. Os dados foram transcritos usando o formato CHAT (MacWhinney 2000). O quadro 1 oferece informação complementar:

⁸ Uma das crianças, Inês, foi gravada por Maria João Freitas (Freitas, 1997) no âmbito do projecto PCSH/C/LIN/524/93, desenvolvido no Laboratório de Psicolinguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Criança	Idade	Nº de palavras por enunciado (MLUw)	Nº de ficheiros	Nº de enunciados produzidos pela criança
Inês	1;6.6 – 3;11.12	1.527 – 3.815	21	6591
Tomás	1;6.18 – 2;9.7	1.286 – 2.954	16	6800
Inês M.	1;5.9 – 2;7.24	1.315 – 2.370	15	5101

Quadro 1 – Corpus de produção espontânea

3.2. As respostas a interrogativas globais como um contexto de elipse de VP

Em PE, são frequentes respostas afirmativas como a que se encontra em (13a), a que chamo respostas verbais e que têm sido analisadas como respostas derivadas como elipse de VP (cf. Matos 1992, Martins 1994). Além de respostas verbais, o PE permite ainda respostas com *sim* (13b) ou respostas a que chamo respostas SER e que são construídas com as formas *é, foi* ou *era* do verbo *ser* (13c).

- (13) P: Entregaste o artigo à Maria na biblioteca?
 R: a. Entreguei. Resposta verbal (contexto de elipse de VP)
 b. Sim. Resposta SIM
 c. É. / Foi. Resposta SER

Note-se que, como acontece com a elipse de VP em PE, nestas respostas pode ocorrer quer um verbo principal (cf. 13) quer um verbo auxiliar (cf. 14), o que é compatível com a ideia de que, em PE, todos os verbos legitimam elipse de VP porque todos sobem para I.

- (14) P: Tens lido o jornal?
 R: a. Tenho. Resposta verbal (contexto de elipse de VP)
 b. Sim. Resposta SIM
 c. É. Resposta SER

Note-se que, numa língua como o Inglês, em que apenas os auxiliares e os copulativos legitimam elipse de VP, apenas os mesmos verbos podem ocorrer em respostas afirmativas (cf. 15). Outras línguas com respostas verbais que têm sido analisadas como elipse de VP são o Hebreu (cf. Doron, 1999) e o Irlandês (cf. McCloskey, 1991).

- (15) P: Did you go to school today?
 AUX tu ir para escola hoje
 'Foste à escola hoje?'
 R: I did. / *I went.
 eu AUX eu fui
 'Fui.'

Obviamente que, como em PE existe outro tipo de anáforas nulas para além de elipse de VP, como é o caso de objecto nulo ou ACN, muitas respostas verbais podem ser ambíguas entre elipse de VP e outras estruturas de anáfora nula. Um desses casos de ambiguidade é a resposta em (16), que poderá ser derivada quer como elipse de VP quer como objecto nulo, já que é uma resposta construída com o verbo principal e com um único argumento interno omitido.

- (16) P: Leste o jornal?
R: Li.

Contudo, respostas verbais construídas com auxiliares (como em 14a) ou com copulativos, bem como respostas em que mais do que um argumento interno ou um adjunto do VP são omitidos (cf. 13a) devem ser analisadas como elipse de VP. Voltarei a esta questão na próxima secção.

3.3. Resultados

A análise do *corpus* de produção espontânea mostra que as respostas verbais ocorrem muito cedo no processo de aquisição e são frequentes mesmo nos estádios mais precoces. De forma mais precisa, encontramos 55, 86 e 94 respostas verbais nos primeiros cinco ficheiros do *corpus* de cada criança, que correspondem a um momento do processo de aquisição em que o MLUw varia entre 1.2. e 2.1.

Em relação às respostas verbais nos primeiros estádios, será, no entanto, necessário mostrar que: (i) as respostas verbais não são meras repetições de palavras no contexto discursivo anterior e (ii) todas as respostas verbais, ou pelo menos um subconjunto dessas respostas, são casos não ambíguos de elipse de VP.

Vejamos então a primeira questão. A análise dos pares pergunta-resposta no discurso espontâneo das crianças mostra que, de facto, elas não podem ser tratadas como repetições. Um dos argumentos mais claros a favor desta posição é o facto de as crianças serem capazes de escolher correctamente o verbo a utilizar na resposta, quando a interrogativa que desencadeia essa resposta apresenta complexos verbais de verbos auxiliares e verbo principal ou quando apresenta estruturas de orações encaixadas. A análise de todos os pares pergunta / resposta verbal no *corpus* (1060 casos) mostra que as crianças não cometem erros na escolha do verbo. Em 140 casos de par pergunta / resposta verbal em que o antecedente (a pergunta) apresenta complexos de verbo auxiliar ou modal e verbo principal ou um verbo principal que selecciona um domínio oracional como argumento, observaram-se apenas dois casos de erro na escolha do verbo a que deveria ocorrer na resposta.

O caso particular das respostas a interrogativas com os verbos *querer* e *achar* é particularmente relevante neste ponto. Quando temos uma interrogativa construída com o verbo *querer*, como em (17), só o verbo mais alto pode ocorrer na resposta; quando temos uma interrogativa construída com o verbo *achar*, tanto o verbo da frase matriz como o verbo da encaixada podem ocorrer na resposta (cf. 18 e 19).

- (17) MAE: *queres que eu te vá buscar uma ?*
 INI: *quei [: quer(o)] .* Inês 1;10.29
- (18) MAE: *+< acha que tem febre ?*
 INI: *achi [: acho] .* Inês 1;8.2
- (19) MJF: *achas que ela já está a dormir?*
 INI: *(es)tá .* Inês 2;2.1

Não há erros de escolha do verbo nos dados de produção espontânea: as crianças não respondem com o verbo encaixado quando a interrogativa é construída com *querer* e respondem *quer* com o verbo encaixado *quer* com o verbo da matriz quando a interrogativa é construída com o verbo *achar*. Na verdade, excluindo os casos em que a interrogativa, que funciona como antecedente, é ela própria uma estrutura elíptica⁹, obtemos um total de 37 pares de pergunta / resposta com os verbos *querer* e *achar*. Estes 37 pares pergunta / resposta incluem respostas das três crianças no *corpus*. Note-se que as respostas a interrogativas com estrutura elíptica foram excluídas porque, nesses casos, poder-se-ia pensar que a escolha do verbo pela criança tinha sido guiada pela estrutura elíptica na interrogativa. No entanto, todas as respostas das crianças estão de acordo com o alvo, *quer* quando se trata de respostas a interrogativas com elipse *quer* quando se trata de respostas a interrogativas não elípticas.

Contudo, dado que, em PE, há vários tipos de anáforas nulas e que muitas respostas verbais são potencialmente ambíguas entre elipse de VP e outro tipo de anáfora nula, será então necessário mostrar que todas as respostas verbais, ou pelo menos um subconjunto dessas respostas, são casos não ambíguos de elipse de VP. Na realidade, o conjunto de respostas verbais no *corpus* inclui, de facto, casos não ambíguos de elipse de VP, mesmo se olharmos apenas para as sessões em que o MLUw não é superior a 2. As respostas verbais que devem ser consideradas não ambíguas, i.e. não têm alternativa à análise como elipse de VP, são: casos de elipse de VP legitimada por auxiliares (cf. 20 e 21); casos de verbos copulativos que legitimam elipse de VP (cf. 22 e 23) – neste caso, as respostas verbais com as formas verbais *é, foi e era* são excepção, sendo consideradas ambíguas, já que estas são as formas do verbo *ser* que podem também ocorrer como respostas SER; casos em que um modificador do VP é omitido (cf. 24); casos em que mais do que um argumento interno foi omitido (cf. 25).¹⁰ Note-se ainda que, nestes exemplos, a forma do verbo na resposta nem sempre é igual à que aparece na pergunta, pelo que não é possível pensar que a criança está simplesmente a repetir o verbo.

⁹ O exemplo em (i) exemplifica esse tipo de contexto.

(i) P: *Queres?*

R: *Quero.*

¹⁰ Veja-se em Santos (2006) critérios que distinguem contextos não ambíguos de elipse de VP de contextos de objecto nulo ou de contextos de simples queda de argumento em PE, assumindo-se neste trabalho os critérios definidos por Goldberg (2005) para outras línguas. A discussão do fenómeno de queda de argumento em PE, por ser demasiado complexa, não pode ser retomada no espaço deste artigo.

A AQUISIÇÃO DE ELIPSE DE VP EM PE E A NATUREZA INATA DA CONDIÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

(20)	MAE: estás lhe a dar colo? INI: (es)tou.	Inês 2;1.10
(21)	MAE: o cavalo vai papar? TOM: vai.	Tomás 1;9.14
(22)	MAE: está sujo ? INM: (es)tá .	Inês M. 1;7.6
(23)	MAE: és a mãe deles? INI: so(u).	Inês 2;7.6
(24)	MJF: tinham chocolate lá dentro? INI: ti(nh)am.	Inês 2;3.8
(25)	MAE: fez ai+ai ao Tomás ? TOM: fez .	Tomás 2;2.9

Calculou-se assim a percentagem de respostas que devem ser consideradas estruturas não ambíguas de elipse de VP (incluem-se respostas a interrogativas globais e a interrogativas tag). Para calcular esta percentagem, foram consideradas estruturas não ambíguas as estruturas dos tipos ilustrados em (20) a (25). Se considerarmos a totalidade de respostas verbais, obtemos 20,6% de respostas que têm necessariamente de ser analisadas como casos de elipse de VP. Contudo, note-se que uma parte das respostas que, neste caso, são consideradas ambíguas é constituída por respostas com as formas *é*, *foi* e *era* do verbo *ser*. Uma resposta deste tipo, como a que é apresentada em (26), é ambígua porque ou é uma resposta SER ou uma resposta verbal, mas, a ser uma resposta verbal, é necessariamente um caso de elipse de VP legitimada por um verbo copulativo.

(26)	*ALS: é o cão? *INM: é.	Inês M. 1;10.16
------	----------------------------	-----------------

Já nos outros casos de respostas consideradas ambíguas, a ambiguidade potencial é entre uma derivação como elipse de VP ou uma derivação como outro tipo de anáfora nula.

Assim, apurou-se também a percentagem de respostas verbais que devem ser consideradas casos não ambíguos de elipse de VP, quando calculada a partir do conjunto de respostas verbais que exclui as respostas constituídas pelas formas *é*, *foi* e *era*. Nesse caso, a percentagem de respostas não ambíguas sobe para 43,7%. A tabela 2 sintetiza estes factos.

Percentagem de elipse de VP (calculada a partir do total de respostas verbais)	Percentagem de elipse de VP (calculada excluindo do total as respostas com as formas <i>é, foi e era</i>)
20,6% (218 em 1060)	43,7% (218 em 499)

Tabela 2 – Frequência de elipse de VP nas respostas verbais

4. Breve discussão

A análise de respostas verbais a interrogativas globais nos primeiros estádios de aquisição do PE permite estabelecer a elipse de VP como uma aquisição bastante precoce. Este facto está de acordo com a hipótese, aqui apresentada, de que parte do conhecimento envolvido na aquisição de estruturas elípticas, em particular o conhecimento da condição de identificação da elipse, decorre de conhecimento inato. Na medida em que assumi, de acordo com Merchant (2001), uma definição da condição de identificação sobre a elipse como uma condição de paralelismo semântico, defini o conhecimento inato que está na base dessa condição de identificação como incluindo a capacidade para codificar informação Dada. Assim, este trabalho fornece argumentos a favor da hipótese apresentada por De Cat & Unsworth (2003), segundo a qual as crianças terão competência para operar ao nível da interface Sintaxe – Estrutura Informacional.

Os resultados obtidos neste trabalho estão também de acordo com a hipótese de que o movimento de V para I está adquirido num estádio inicial (veja-se Gonçalves, 2004). Se um subconjunto das respostas verbais produzidas pelas crianças são elipse de VP e se a legitimação de elipse de VP implica que o verbo se encontre numa categoria funcional alta, que c-comanda o VP, em particular uma categoria de I, então este subconjunto de respostas é por si só argumento para a existência de subida do verbo em estádios muito precoces. Note-se que estes dados permitem estabelecer a existência de subida do verbo num estádio em que o MLUw é muito baixo, igual ou inferior a 2. Neste estádio, é difícil ou impossível encontrar dados que forneçam o tipo de evidência clássica para subida do verbo, isto é, evidência de ordem de palavras: a ordem de palavras relevante para determinar a existência de movimento do verbo deverá incluir pelo menos três palavras, nomeadamente, o verbo, um complemento e um elemento entre os dois (veja-se a ordem de palavras em estruturas de “V – advérbio – complemento”), o que é pouco provável que encontremos num estádio em que o MLUw é igual ou inferior a 2 (veja-se a este propósito Santos, 2006 e também a discussão em Costa e Loureiro, 2006). Fixando em estádios tão iniciais a existência de movimento de V para I, estes dados são evidência nova de que o parâmetro da subida de V para I é fixado muito precocemente (cf. Hyams, 1992 e Meisel & Müller, 1992), bem como evidência a favor da ideia geral de Fixação Precoce de Parâmetros (Very Early Parameter Setting, Wexler, 1998).

Referências

- Brucart, J. M. (1999) La ellipsis. In Bosque, I. and V. Demonte (eds.) *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Madrid: Espasa Calpe, pp. 2787-2863.
- Chomsky, Noam (1986) *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. Westport, Connecticut & London: Praeger.
- Costa, J. and J. Loureiro (to appear) "Morphology vs. word order in the acquisition of V-to-I". In A. Gavarró and C. Lléo (eds.) *Catalan Journal of Linguistics 5. Acquisition of Romance Languages*.
- Cyrino, Sonia & Gabriela Matos (2006) Null Complement Anaphora in Romance – Deep or Surface Anaphora? In Doetjes, Jenny & Paz González (eds.) *Romance Languages and Linguistic Theory 2004*. Amsterdam/Philadelphia. John Benjamins Publishing Company, pp. 95-142.
- De Cat, Cécile & Sharon Unsworth (2003) Testing for pragmatic delay in L1 and L2 acquisition. Artigo apresentado no GLOW Acquisition Workshop.
- Depiante, Marcela A. (2000) *The Syntax of Deep and Surface Anaphora: A Study of Null Complement Anaphora and Stripping / Bare Argument Ellipsis*. PhD Dissertation, University of Connecticut.
- _____. (2001) "On null complement anaphora in Spanish and Italian". *Probus*. 13(2), pp. 193-221.
- Doron, Edit (1999) V-Movement and VP ellipsis. In S. Lappin & E. Benmamoun, *Fragments. Studies in Ellipsis and Gapping*. New York & Oxford: Oxford University Press, pp. 124-140.
- Duarte, Inês (1987) *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligaçã o e Condições sobre Movimento*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Emonds, J. (1978) The verbal complex V'-V'' in French. *Linguistic Inquiry* 9 (2), pp. 151-175.
- Foley, Claire et al. (2003) Knowledge of variable binding in VP-ellipsis: language acquisition research and theory convergence. *Syntax* 6 (1), pp. 52-83
- Freitas, Maria João (1997) *Aquisição da estrutura silábica do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Goldberg, Lotus (2005) *Verb-stranding VP Ellipsis: a cross-linguistic study*. PhD Dissertation, McGill.
- Gonçalves, Fernanda (2004) *Riqueza Morfológica e Aquisição da Sintaxe em Português Europeu e Brasileiro*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Évora.
- Guo, Fangfang et al. (1996) Operator-variable binding in the initial state: a cross-linguistic study of VP ellipsis structures in Chinese and English. *Cahiers de Linguistique – Asie Orientale* 25 (1), pp. 3-34.
- Haik, Isabelle (1987) Bound VPs that need to be. *Linguistics and Philosophy*. 10 (4), pp. 503-530.
- Hankamer, Jorge and Ivan Sag (1976) Deep and surface anaphora. *Linguistic Inquiry*. 7 (3), pp. 391-426.
- Huang, C.-T. J. (1984) On the distribution and reference of empty pronouns. *Linguistic Inquiry*. 15(4), pp. 531-574.
- Hyams, Nina. (1992) The Genesis of Clausal Structure. In J. Meisel (ed.) *The Acquisition of Verb Placement*. Dordrecht: Kluwer, pp. 371-400.

- Johnson, K. (2001) "What VP ellipsis can do, and what it can't, but not why". In M. Baltin and C. Collins (eds.) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden / Oxford / Victoria: Blackwell, pp. 439-479.
- Lobeck, A. (1995) *Ellipsis: Functional Heads, Licensing and Identification*. New York: Oxford University Press.
- López, L. (2000) "Ellipsis and discourse-linking". *Lingua*. 1(10), pp. 183-213.
- MacWhinney, Brian (2000) *The CHILDES project: Tools for analyzing talk*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Martins, A. M. (1994) *Os Clíticos na História do Português*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Matos, Gabriela (1992) *Construções de elipse do predicado em Português. SV Nulo e Despojamento*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Matsuo, Ayumi & Nigel Duffield (2001) VP-ellipsis and anaphora in child language acquisition. *Language Acquisition*. 9 (4), pp. 301-327.
- McCloskey, J. (1991) Clause structure, ellipsis and proper government in Irish. *Lingua* 85, pp. 259-302.
- Meisel, Jürgen M. & Natascha Müller (1992) Finiteness and verb placement in early child grammars: evidence from simultaneous acquisition of French and German in bilinguals. In J. Meisel (ed.) *The Acquisition of Verb Placement*. Dordrecht: Kluwer, pp. 109-138.
- Merchant, Jason (2001) *The Syntax of Silence. Sluicing, Islands and the Theory of Ellipsis*. Oxford: Oxford University Press.
- _____ (2004) Fragments and ellipsis. *Linguistics and Philosophy*. 27, pp. 661-738.
- Postman, Whitney et al. (1997) Evidence for Strong Continuity: New experimental results from children's acquisition of VP-ellipsis and bound variable structures. MIT Working Papers in Linguistics 31, pp. 327-344.
- Pullum, G. K. (1997) "The Morpholexical Nature of English *to*-Contraction". *Language* 73(1), pp. 79-102.
- Raposo, Eduardo (1986) On the null object in European Portuguese. O. Jaeggli & C. Silva-Corvalán (eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht: Foris Publications, pp. 373-390.
- Santos, Ana Lúcia (2006) *Minimal Answers. Ellipsis, syntax and discourse in the acquisition of European Portuguese*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Thornton, Rosalind & Kenneth Wexler (1999) *Principle B, VP ellipsis and Interpretation in Child Grammar*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Wexler, Kenneth (1998) Very early parameter setting and the unique checking constraint: a new explanation of the optional infinitive stage. *Lingua*. 106, pp. 23-79.